

Quinta-Feira, 14 de Maio de 2026

Orçamento de Mato Grosso para 2026 será de R\$ 40 bilhões

Receita estimada

Redação

O orçamento de Mato Grosso projeta uma receita total de R\$ 40,7 bilhões para o ano de 2026, um crescimento de 10,02% em relação ao exercício anterior. Desse total, R\$ 28,67 bilhões são destinados ao orçamento fiscal e R\$ 12,13 bilhões à seguridade social. A lei orçamentária já foi encaminhada para votação da Assembleia Legislativa.

Do montante previsto, R\$ 4,92 bilhões serão destinados a investimentos diretos, com ênfase em infraestrutura rodoviária, saúde, educação e segurança pública.

O orçamento de 2026 traz uma importante alteração estrutural na área de segurança pública, após a criação da Secretaria de Justiça (Sejus-MT). A nova pasta passou a administrar o sistema penitenciário e as unidades socioeducativas, antes sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (Sesp-MT).

Com a nova estrutura, a Sesp terá orçamento de R\$ 4,38 bilhões, enquanto a Sejus contará com R\$ 944,9 milhões. Juntas, somam R\$ 5,33 bilhões, valor superior ao consolidado para a área em 2025. “As funções que antes estavam sob a Sesp agora aparecem em duas secretarias. Isso não significa redução de recursos, mas uma reorganização. A execução penal e a custódia estão agora sob a Sejus, enquanto o policiamento e a investigação permanecem com a Sesp. É um novo modelo de gestão, que permite maior foco e eficiência nas duas frentes”, explicou o secretário-adjunto do Orçamento Estadual da Secretaria de Fazenda, Ricardo Capistrano.

O Poder Executivo concentra R\$ 34,34 bilhões do orçamento total. O Poder Judiciário contará com R\$ 3,32 bilhões, a Assembleia Legislativa com R\$ 1,04 bilhão, o Ministério Público com R\$ 963,9 milhões, o Tribunal de Contas com R\$ 749,8 milhões e a Defensoria Pública com R\$ 369,9 milhões.

Entre as secretarias e órgãos do Poder Executivo, a maior dotação orçamentária é da Educação, com R\$ 5,80 bilhões, seguida pela MTPrev, com R\$ 5,53 bilhões, e Segurança Pública, com R\$ 4,38 bilhões. A Saúde terá um orçamento de R\$ 4,24 bilhões e a Justiça, R\$ 944,9 milhões. A Infraestrutura contará com R\$ 3,43

bilhões, a Fazenda com R\$ 1,11 bilhão e a Assistência Social e Cidadania com R\$ 384,5 milhões.

Outras secretarias que terão orçamento expressivo são a de Agricultura Familiar (R\$ 646,86 milhões), Desenvolvimento Econômico (R\$ 200,9 milhões), Meio Ambiente (R\$ 390,33 milhões), Planejamento e Gestão (R\$ 424,90 milhões), Cultura, Esporte e Lazer (R\$ 246,58 milhões), Ciência e Tecnologia (R\$ 109,7 milhões), Casa Civil (R\$ 126,44 milhões) e a Controladoria-Geral (R\$ 122,62 milhões).

Além das secretarias, o orçamento do Executivo reserva R\$ 2,49 bilhões para encargos gerais do Estado, que incluem amortização da dívida, juros e encargos financeiros.

Segundo Capistrano, o orçamento foi construído de forma prudente e responsável, com projeções realistas de receita e despesa. “O orçamento foi elaborado para evitar frustração de receita. Trabalhamos com uma previsão segura, dentro de parâmetros fiscais sólidos, justamente para que o Estado mantenha equilíbrio ao longo do exercício. Se houver incremento de arrecadação, o orçamento será suplementado de forma transparente, conforme a legislação permite”, destacou.

A proposta orçamentária foi feita com base no Marco de Médio Prazo, instrumentos que reforçam a sustentabilidade fiscal, ampliam a previsibilidade das ações do Estado e fortalecem a integração entre planejamento, orçamento e gestão. As projeções apontam para um PIB estadual de R\$ 329,3 bilhões, crescimento real de 3,8%, IPCA de 4,5% e relação dívida/PIB de 15,3%, uma das menores do país.